

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da INVESTCO S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A empresa tem como objeto social a construção e a exploração da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins. A usina tem uma potência instalada de 902,5 MW, a energia assegurada atual é de 526,6 MW médios, e a sua operação está de acordo com as determinações do Operador Nacional do Sistema-ONS.

Do início da construção, em meados de 1998, até o final de 2006 foram investidos R\$ 1,43 bilhões, sendo R\$ 14,6 milhões relativos ao exercício de 2006. Fatos ocorridos em 2006, e que devem ser destacados:

a) Em abril ocorreu à renovação da Licença de Operação, por parte do NATURATINS, com validade de 04 anos, e vencimento em 31 de dezembro de 2009.

b) Em outubro ocorreu a conversão em ações da 2ª Emissão de Debêntures, por parte do FINAM.

c) Em novembro ocorreu a repactuação da 1ª Emissão Pública de Debêntures, conforme determinado na Escritura de Emissão, com manutenção do prazo e das garantias. Para o próximo período, a encerrar em 1º de novembro de 2011, a remuneração do título será de IGPM+10,5% a.a., representando uma redução de custos em relação ao período anterior.

A receita operacional foi de R\$ 215 milhões, ante R\$ 218,9 milhões em 2005. O resultado do serviço antes do resultado financeiro, foi positivo em R\$ 134,1 milhões, tendo como destaque a receita operacional obtida com o arrendamento do ativo, às empresas acionistas detentores da concessão compartilhada, no valor de R\$ 210,7 milhões.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 91,6 milhões, em virtude dos encargos incorridos com empréstimos e financiamentos e de debêntures. O resultado não operacional foi positivo em R\$ 265 mil.

Como consequência, a Investco apresentou no exercício um lucro de R\$ 32,4 milhões, após a dedução dos tributos.

Os serviços executados pelos auditores independentes ao longo deste exercício social referem-se somente a auditoria das demonstrações financeiras da companhia.

A empresa está se dedicando à otimização contínua das condições operacionais da Usina e à seqüência das atividades relacionadas com o meio ambiente, conforme estabelecido em comum acordo com os órgãos ambientais e incrementando suas ações no âmbito da Responsabilidade Social, conforme Balanço Social emitido nesta data.

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços e, em especial aos nossos colaboradores pela dedicação em mais este ano de realizações.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

O Balanço Social apresentado, foi preparado com base nos critérios definidos pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

1 - Base de Cálculo	2006			2005		
	R\$	% sobre	RL	R\$	% sobre	RL
Receita líquida (RL).....	195.172			198.646		
Resultado operacional (RO).....	42.487			27.047		
Folha de pagamento bruta (FPB).....	6.248			5.311		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
Alimentação.....	322	5,15%	0,16%	393	7,40%	0,20%
Encargos sociais compulsórios.....	1.625	26,01%	0,83%	1.640	30,88%	0,83%
Previdência privada.....	-	-	-	-	-	-
Saúde.....	187	2,99%	0,10%	255	4,80%	0,13%
Segurança e saúde no trabalho.....	30	0,48%	0,02%	30	0,56%	0,02%
Educação.....	59	0,94%	0,03%	47	0,88%	0,02%
Cultura.....	17	0,27%	0,01%	1	0,02%	-
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	33	0,53%	0,02%	26	0,49%	0,01%
Creches ou auxílio-creche.....	-	-	-	-	-	-
Participação nos lucros ou resultados.....	-	-	-	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos.....	2.273	36,37%	1,17%	2.392	45,03%	1,21%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Educação.....	-	-	-	-	-	-
Cultura.....	116	0,27%	0,06%	-	-	-
Saúde e saneamento.....	-	-	-	-	-	-
Esporte.....	93	0,22%	0,05%	2	0,01%	-
Combate à fome e segurança familiar.....	-	-	-	-	-	-
Outros.....	15	0,04%	0,01%	19	0,07%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade.....	224	0,53%	0,12%	21	0,08%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais).....	30.647	72,13%	15,69%	30.713	113,55%	15,46%
Total - Indicadores sociais externos.....	30.871	72,66%	15,81%	30.734	113,63%	15,47%

4 - Indicadores Ambientais.....

	2006			2005		
	R\$	% sobre RO	RL	R\$	% sobre RO	RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa.....	4.100	9,65%	2,10%	268	0,99%	0,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos.....	6.473	15,24%	3,31%	21.745	80,40%	10,95%
Total dos investimentos em meio ambiente.....	10.573	24,89%	5,41%	22.013	81,39%	11,08%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%
() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2006		2005	
	em unidades	% sobre	em unidades	% sobre
Nº de empregados(as) ao final do período.....	92		93	
Escolaridade dos empregados				
Superior e extensão universitária.....	38		38	
2º grau.....	52		53	
1º grau.....	2		2	
Nº de admissões durante o período.....	4		11	
Nº de empregados (as) terceirizados (as) / temporários.....	9		-	
Nº de estagiários (as).....	6		5	
Faixa etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos.....	38		39	
De 30 até 45 anos (exclusive).....	43		43	
Acima de 45 anos.....	11		11	
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....	24		23	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	-		-	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa.....	-		4	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as).....	-		-	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais.....	1		1	

Demonstração complementar ao relatório da administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2006	2005		Nota	2006	2005
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponibilidades.....		5.330	5.938	Fornecedores.....	8	757	2.543
Aplicações financeiras.....	3	68	60	Empréstimos e financiamentos.....	9	63.188	63.681
Concessionárias - suprimento.....	4	439	453	Debêntures.....	10	36.768	37.016
Rendas a receber - arrendamento.....	5	11.265	20.988	Impostos a recolher.....		2.778	4.716
Impostos a recuperar - imposto de renda.....		150	669	Imposto de renda e contribuição social a pagar.....	11	488	4.523
Estoque.....	6	4.681	-	Compensação financeira pela util.rec.hídricos.....	20	34	3.099
Despesas pagas antecipadamente.....		411	1.051	Dividendos declarados.....	17	2.095	-
Outros.....		362	396	Provisões passivas - contingências.....	22	8.933	8.070
Total do Ativo Circulante.....		22.706	29.555	Outras exigibilidades.....		904	6.370
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante.....		115.945	130.018
Realizável a Longo Prazo				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Despesas pagas antecipadamente.....		1.784	5.887	Exigível a Longo Prazo			
Outros créditos.....		1	-	Empréstimos e financiamentos.....	9	269.395	318.763
Total do Realizável a Longo Prazo.....		1.785	5.887	Debêntures.....	10	129.276	270.484
Ativo Permanente				Impostos.....		3.385	3.984
Imobilizado				Total do Passivo Exigível a Longo Prazo.....		402.056	593.231
Imobilizado - líquido.....	7	1.426.837	1.450.304	Total do Passivo não Circulante.....		402.056	593.231
Total do Imobilizado.....		1.426.837	1.450.304	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível				Capital social realizado.....	13	876.458	756.206
Intangível - líquido.....	7	731	731	Reserva de capital - ágio na emissão de ações.....	14	14.473	14.473
Total do Intangível.....		731	731	Reservas de lucros - reserva legal.....	15	110	-
Total do Ativo Permanente.....		1.427.568	1.451.035	Prejuízos acumulados.....		-	(30.202)
Total do Ativo não Circulante.....		1.429.353	1.456.922	Subtotal do Patrimônio Líquido.....		891.041	740.477
TOTAL DO ATIVO.....		1.452.059	1.486.477	Recursos destinados para aumento de capital.....	16	43.017	22.751
				Total do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados a Aumento de Capital.....		934.058	763.228
				TOTAL DO PASSIVO.....		1.452.059	1.486.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2006	2005
Receita Operacional			
Suprimento de energia elétrica.....	4	4.292	4.132
Arrendamentos.....	5	210.774	214.762
Total da Receita Operacional.....		215.066	218.894
Deduções da Receita Operacional Bruta			
Cofins.....		(16.345)	(16.637)
Pis.....		(3.549)	(3.611)
Receita Operacional Líquida.....		195.172	198.646
Despesas Operacionais			
Pessoal.....		(6.929)	(5.967)
Material.....		(1.200)	(859)
Serviço de terceiros.....		(16.195)	(6.426)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos.....		(169)	(15.163)
Taxa de fiscalização.....		(15)	(14)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.....		(39)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....		(1.045)	(924)
Energia elétrica comprada para revenda.....		(26)	(41)
Arrendamentos e aluguéis.....		(466)	(522)
Depreciação e amortização.....		(33.041)	(33.549)
Seguros.....		(2.472)	(2.826)
Tributos.....		(408)	(3.131)
Doações, contribuições e subvenções.....		-	(19)
Recuperação de despesas.....	20	1.846	-
Outros.....		(913)	(735)
Total das Despesas Operacionais.....		(61.072)	(70.176)
Resultado do Serviço.....		134.100	128.470
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras			
Rendas de aplicações financeiras.....		696	2.099
Outras receitas financeiras.....		84	72
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas.....		(66.289)	(78.003)
Variações monetárias.....		(18.164)	(20.737)
Outras despesas financeiras.....		(7.940)	(4.854)
Total do Resultado Financeiro Líquido.....		(91.613)	(101.423)
Resultado Operacional.....		42.487	27.047
Resultado não Operacional			
Receita não operacional.....		304	16
Despesa não operacional.....		(39)	(4)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....		42.752	27.059
Tributos			
Contribuição social.....	11	(2.745)	(1.948)
Imposto de renda.....	11	(7.600)	(5.386)
Total dos Tributos.....		(10.345)	(7.334)
Lucro Líquido do Exercício.....		32.407	19.725
Nº de Ações (Lote de mil) do Capital Social.....		723.659	624.880
Lucro Por Ação - R\$.....		0,04	0,03

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS			
Das operações:			
Lucro líquido do exercício.....		32.407	19.725
Despesas que não afetam o capital circulante:			
Depreciações.....		33.041	33.549
Despesas financeiras do exigível a longo prazo.....		81.304	92.808
Outros.....		215	22
Total oriundo das operações.....		146.967	146.104
Dos acionistas:			
Aumento de capital - conversão de debêntures.....	13.2	120.252	-
Recursos destinados para aumento de capital.....	16	20.266	23.618
Total oriundo dos acionistas.....		140.518	23.618
De terceiros:			
Aumento do passivo não circulante.....		498	7.744
Transferência do ativo não circulante para o ativo circulante.....		4.103	1.008
Baixa do ativo imobilizado para estoque.....	6	4.681	-
Baixa do ativo imobilizado.....		163	3.770
Total oriundo de terceiros.....		9.445	12.522
Total das Origens de Recursos.....		296.930	182.244
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Aumento do ativo não circulante.....		1	-
Aquisições do imobilizado.....		14.633	24.152
Dividendos propostos.....	17	2.095	-
Transferência para o passivo circulante de valores do passivo não circulante de empréstimos, financiamentos e debêntures.....		271.880	152.089
Transferência para o passivo circulante de valores do passivo não circulante de fornecedores e impostos.....		1.097	3.867
Total das Aplicações de Recursos.....		289.706	180.108
AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....		7.224	2.136
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
Ativo circulante:			
No início do exercício.....		29.555	41.880
No final do exercício.....		22.706	29.555
Aumento (diminuição).....		(6.849)	(12.325)
Passivo circulante:			
No início do exercício.....		130.018	144.479
No final do exercício.....		115.945	130.018
Aumento (diminuição).....		14.073	14.461
AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....		7.224	2.136

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reserva de capital		Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Recursos destinados para aumento de capital		Total
	Capital Social	Ágio na emissão de ações				para aumento de capital	Total	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	13	14	15	(49.927)	710.386	16	9.499	719.885
Adiantamento para aumento de capital.....	-	-	-	-	-	-	23.618	23.618
Ata AGO/E de 28/abr/2005 - aumento de capital.....	10.366	-	-	-	10.366	(10.366)	-	-
Lucro do exercício.....	-	-	-	19.725	19.725	-	-	19.725
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	756.206	14.473	-	(30.202)	740.477	-	22.751	763.228
Adiantamento para aumento de capital.....	-	-	-	-	-	-	20.266	20.266
Ata AGE de 05/out/2006 - aumento de capital.....	120.252	-	-	-	120.252	-	-	120.252
Lucro do exercício.....	-	-	-	32.407	32.407	-	-	32.407
Reserva legal.....	-	-	110	(110)	-	-	-	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	(2.095)	(2.095)	-	-	(2.095)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	876.458	14.473	110	-	891.041	-	43.017	934.058

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor patrimonial da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco") é uma sociedade de capital aberto e que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especificamente através da construção e exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O início das operações comerciais da UHE Lajeado ocorreu em dezembro de 2001 com a entrada em operação da 1ª turbina, tendo a usina atingido a condição de operação plena em novembro de 2002. A usina tem cinco turbinas, cada uma com a potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A energia elétrica produzida nessa usina é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado, EDP Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Rede Lajeado Energia S.A..

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997. Como retribuição pela outorga da concessão da usina deverão ser pagas à União Federal no prazo de 29 anos, a partir de 2004, parcelas mensais equivalentes a 1/12 dos respectivos valores do pagamento anual pelo uso do bem público, definidos no contrato de concessão, cujo montante global, em 16 de dezembro de 1997, é de R\$ 31.390 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 66.084), o qual é anualmente ajustado tomando como base a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Os valores pagos até 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$ 8.690 foram contabilizados no resultado, como despesa. Nos próximos 12 meses deverá ser pago o valor de R\$ 3.233 (nota explicativa nº 12).

Em 28 de dezembro de 1998, o projeto de construção da UHE Lajeado foi aprovado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme Resolução do Conselho Deliberativo da SUDAM nº 9.019, de 28 de dezembro de 1998, para receber recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, no montante de R\$ 569.250, do qual foi liberada a quantia de R\$ 20.035. Esses valores não são atualizados monetariamente.

Em outubro de 2003, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2., o Ministério da Integração Nacional aprovou a liberação do montante de R\$ 82.300 provenientes de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento nº 059, de 17 de dezembro de 2002, da Inventariância Extrajudicial da extinta SUDAM, não há nenhum fato que obste a liberação de recursos ou que possa caracterizar a irregularidade do projeto.

Através de carta datada de 22 de junho de 2005, encaminhada a UGFIN - Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos, a Companhia solicitou o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado, para seu projeto e para finalizar sua participação no FINAM.

Através da Portaria nº 315 do Ministério da Integração Nacional publicada no Diário Oficial da União no dia 03 de abril de 2006 e retificação de 10 de abril de 2006, o Ministro da Integração Social resolve emitir o Certificado de Empreendimento Implantado.

A Companhia mantém atualmente um quadro próprio de 92 funcionários (*). (* Não passível de auditoria).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira (Leis nºs 6.404/76, 9.457/97 e 10.303/01), pela Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005 e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras empresas do setor, a seguir descritas:

Aplicações financeiras - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado.

Concessionárias - suprimento - Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Rendas a receber - arrendamento - Incluem os valores de arrendamento dos ativos, contabilizados de acordo com o regime de competência.

Despesas pagas antecipadamente - longo prazo - Referem-se a despesas financeiras incorridas pela Companhia na colocação de debêntures, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vencimento dessas debêntures.

Imobilizado - Está registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação está calculada pelo método linear com base nas taxas médias anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, calculadas com base nas Unidades de Cadastro - UC que compõem o empreendimento, de acordo com a Resolução nº 002, de 24 de dezembro de 1997, alterada pela Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Fornecedores - Os passivos com os fornecedores sujeitos a reajustes de variação monetária por força contratual ou dispositivo legais estão atualizados até a data do balanço.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Estão atualizados pela variação monetária, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato e de acordo com as características de emissão de debêntures. Esses ajustes são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras.

Contribuição social e imposto de renda - A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não registra impostos e contribuições diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem perspectivas concretas de níveis de rentabilidade.

Provisões para contingências - São constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Resultado do exercício - As receitas e despesas estão registradas de acordo com o regime de competência. A atividade de geração representa 100% das operações da Companhia.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras da Companhia estão assim distribuídas:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	2006	2005
Banco Bradesco S.A.....	CDB	65	57
Banco Safra S.A.....	Renda fixa	3	3
Total		68	60

4. CONCESSIONÁRIAS - SUPRIMENTO

Os montantes registrados em concessionárias - suprimento (ativo) e receita de suprimento de energia elétrica (resultado) estão assim representados:

	Suprimento de energia			
	Ativo		Receita	
	2006	2005	2006	2005
Centrais Elét.Matogrossenses S.A. - CEMAT.....	158	157	1.891	1.848
Bandeirante Energia S.A.....	96	104	1.153	1.115
CEB Distribuição S.A.....	80	84	848	818
Companhia Sul Paulista de Energia.....	25	26	297	286
Outros.....	80	82	103	65
Total	439	453	4.292	4.132

5. RENDAS A RECEBER - ARRENDAMENTO

Através de instrumento particular de 21 de julho de 2001, a Companhia arrendou às empresas detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S.A., a EDP Lajeado Energia S.A., a CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S.A., frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos por ela, no mesmo percentual de suas participações na concessão.

O prazo de vigência é de 12 anos, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, e, a título de remuneração desse arrendamento, as arrendatárias pagam mensalmente um valor variável apurado por meio da aplicação de fórmula matemática, que tem como objetivo a cobertura das amortizações e dos encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Companhia, assim como das despesas operacionais.

As arrendatárias, em garantia ao integral cumprimento de todas as suas obrigações

decorrentes do contrato de arrendamento, concederam à Companhia os seguintes direitos:

- a) Os direitos emergentes da concessão.
- b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte das receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

Os montantes registrados em rendas a receber (ativo) e receitas (resultado) estão assim representados:

	Ativo		Resultado	
	Rendas a receber		Receita	
	2006	2005	2006	2005
CEB Lajeado.....	1.845	3.154	42.155	42.953
EDP Lajeado.....	2.550	4.360	58.282	59.385
Paulista Lajeado.....	646	1.104	14.754	15.033
Rede Lajeado.....	6.224	12.370	95.583	97.391
Total	11.265	20.988	210.774	214.762

6. ESTOQUE

O valor refere-se à desmobilização temporária do transformador elevador de 13,8/230 KV, 190 MVA, da unidade geradora nº 1, devido a avaria do mesmo no 2º semestre. A unidade geradora nº 1 permanece parada, aguardando a recuperação do mesmo, e portanto, não está sendo depreciada.

A Companhia celebrou um contrato em novembro de 2006, com a Siemens S.A., fornecedora do referido transformador, para a sua recuperação, em garantia, e para a aquisição de uma unidade reserva, além da revisão em todas as demais transformadores de grande porte.

7. PERMANENTE

Imobilizado em serviço	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Valor histórico	Depreciação	2006	2005
				Líquido	Líquido
Geração					
Terrenos.....	-	113.231	-	113.231	113.152
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,06	632.253	(59.167)	573.086	585.349
Edificações, Obras Cívicas, e Benfeitorias	1,93	341.314	(39.201)	302.113	309.954
Máquinas e Equipamentos.....	2,30	410.679	(54.017)	356.662	372.962
Outros.....	18,84	879	(431)	448	296
Transmissão					
Máquinas e Equipamentos.....	2,56	43.357	(5.194)	38.163	39.273
Total do imobilizado em serviço		1.541.713	(158.010)	1.383.703	1.420.986
Imobilizado em curso		43.134	-	43.134	29.318
Total do imobilizado Intangíveis		1.584.847	(158.010)	1.426.837	1.450.304
Geração (a)		620	-	620	620
Transmissão (b)		111	-	111	111
Total do Intangível... TOTAL DO PERMANENTE		731	-	731	731
		1.585.578	(158.010)	1.427.568	1.451.035

O valor das aquisições para o imobilizado no exercício de 2006 foi de R\$ 14.633, sendo R\$ 6.473, referente a investimentos ambientais decorrentes da implantação da usina.

(a) Os bens intangíveis registrados na geração referem-se a direito de uso de software. Direito de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituído por gastos realizados com as aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de software.

(b) Os bens intangíveis registrados na transmissão referem-se a faixa de servidão. Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão.

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores da Companhia está assim demonstrado:

	Circulante	
	2006	2005
Voith Siemens Hydropower Generation Ltda.....	-	1.425
Encargos de uso da rede elétrica.....	66	60
JRC Asseio e Conservação Ltda.....	75	70
Oficinas Brasil Comércio de Móveis Ltda.....	109	-
Outros.....	507	988
Total	757	2.543

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Estão representados como segue:

	Circulante		Longo prazo	
	2006	2005	2006	2005
Moeda nacional:				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.....	35.946	32.333	224.455	254.764
Banco da Amazônia S.A. - Basa.....	19.195	19.351	44.940	63.999
Banco ABC Brasil S.A.....	8.047	-	-	-
Banco Fibra S.A.....	-	11.997	-	-
Total	63.188	63.681	269.395	318.763

b) As parcelas em longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	2006	2005
2007.....	-	53.453
2008.....	57.687	56.879
2009.....	59.478	58.726
2010.....	54.087	53.255
2011.....	51.683	50.803
2012.....	46.460	45.647
Total	269.395	318.763

c) Finalidade, encargos financeiros e garantias concedidas.

BNDES

Em 03 de março de 2000, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um contrato de empréstimo-ponte para implantação da usina no valor de R\$ 100.000, liberado durante o exercício de 2000, com vencimento para 15 de março de 2001. A taxa de juros é de 5% ao ano. Esse empréstimo-ponte foi liquidado antecipadamente com o empréstimo obtido do BNDES, em 21 de setembro de 2000, conforme descrito no parágrafo seguinte.

Em 21 de setembro de 2000, foi firmado com o BNDES um outro contrato de financiamento no valor de R\$ 180.000, dividido em dois subcréditos: do subcrédito "A" foi liberado o valor de R\$ 78.033 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 66.121), o qual foi destinado à aquisição de equipamentos nacionais; e o subcrédito "B", no valor de R\$ 103.963 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 90.131), destinado à execução de obras e serviços na usina, foi utilizado na quitação do empréstimo-ponte mencionado acima. A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002, e mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.

Ainda em 21 de setembro de 2000, foi firmado um outro contrato de empréstimo com o BNDES e Bancos Agentes no valor de R\$ 120.000, com prazo de carência de 24 meses, que vem sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, do qual foram liberadas durante os exercícios de 2000 e de 2001 as quantias de R\$ 90.238 e de R\$ 30.323 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 104.149). A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização, com as prestações do principal.

Em garantia a esses empréstimos foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

Basa

Em 30 de setembro de 1999, foi firmado contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 50.000 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 32.676) para a construção da usina, o qual está sendo amortizado em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 10 de novembro de 2003 e a última em 10 de outubro de 2009. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Como garantia desse empréstimo foram dadas em caução receitas de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. (nova razão social da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.), controladora da Rede Lajeado Energia S.A. e a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Em 28 de dezembro de 2000, a Companhia firmou outro contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 44.300 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 31.459). O prazo de amortização desse contrato é de 84 meses, incluídos 36 meses de carência. A primeira parcela do principal venceu em 10 de fevereiro de 2004 e a última prestação tem vencimento em 10 de janeiro de 2011. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Em garantia a esse empréstimo foram dadas em caução receitas e hipoteca de três pequenas centrais hidrelétricas, de propriedade de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. nova razão social da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A..

10. DEBÊNTURES

10.1. Debêntures - não conversíveis

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001). Essas debêntures têm o seu valor nominal atualizado a partir da data de emissão, pelo IGP-M, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 12,80% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Parapananema S.A. e da EDP - Eletricidade de Portugal. A liquidação financeira ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor de R\$ 264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que foi registrada em 13 de fevereiro de 2003 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas - TO, o qual cita no item 2 que conforme Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 23 de outubro de 2002, a totalidade dos debenturistas aprovou a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e será paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% ao ano.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de outubro de 2006 foi deliberado:

- As debêntures terão o seu valor unitário atualizado pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado e farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios prefixados à taxa de 10,50% ao ano (dez vírgula cinqüenta por cento ao ano), a vigorar no próximo período de vigência da remuneração; e
- O segundo período de vigência de remuneração terá início em 1º de novembro de 2006 e encerrando-se em 1º de novembro de 2011, data do vencimento final das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo contábil atualizado é de R\$ 166.044, sendo R\$ 36.768 no passivo circul



Continuação

Em 31 de dezembro de 2006 o valor total de R\$ 66.084 estaria assim distribuído: R\$ 3.233 no passivo circulante e R\$ 62.851 no exigível a longo prazo. O valor do ativo corresponde ao valor integral da operação descrito no contrato de concessão, sendo o valor do passivo o valor anteriormente citado atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2006 de R\$ 66.084, líquido das amortizações ocorridas até 31 de dezembro de 2006 no valor de R\$ 8.690. Os encargos correspondem à diferença entre esses valores. Não há incidência de juros sobre o valor da obrigação. As condições de pagamento dessa obrigação estão descritas na nota explicativa nº 1.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.138.500, com emissão de até 302.705 mil ações ordinárias, 569.250 mil ações preferenciais classe "A" e 42.691 mil ações preferenciais classe "B", conforme artigo 5º parágrafo 1º do Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o capital social subscrito e integralizado está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Composição do capital social subscrito por acionista:

Acionistas	Em milhares de ações										
	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	Total
CEB Lajeado S.A.....	73.796	20,00	46.890	20,00	-	-	-	-	-	-	120.686
EDP Lajeado Energia S.A.....	102.029	27,65	64.830	27,65	-	-	-	-	-	-	166.859
Paulista Lajeado Energia S.A.....	25.829	7,00	16.412	7,00	-	-	-	-	-	-	42.241
Rede Lajeado Energia S.A.....	167.329	45,35	106.320	45,35	-	-	-	-	-	-	273.649
Fundos de Investimentos da Amazônia – FINAM.....	-	-	-	-	5.002	30,71	-	-	98.779	100,00	103.781
Companhia Paranaense de Energia – Copel.....	-	-	-	-	4.949	30,39	644	12,50	-	-	5.593
Bardella S.A. – Indústrias Mecânicas.....	-	-	-	-	1.046	6,42	644	12,50	-	-	1.690
CESP – Companhia Energética de São Paulo.....	-	-	-	-	3.043	18,68	644	12,50	-	-	3.687
Furnas Centrais Elétricas S.A.....	-	-	-	-	1.651	10,13	-	-	-	-	1.651
Outros.....	-	-	-	-	598	3,67	3.224	62,50	-	-	3.822
Total.....	368.983	100,00	234.452	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	98.779	100,00	723.659

As ações preferenciais, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens a partir da operação comercial da usina em sua potência plena, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social: (a) as ações preferenciais classe "R" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da contribuição no capital social; (b) as ações preferenciais classe "A" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores; (c) as ações preferenciais classe "B" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da respectiva contribuição no capital social; e (d) as ações preferenciais classe "C" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da respectiva contribuição no capital social.

As ações ordinárias será destinado o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido anual.

As ações preferenciais classe "A" e classe "C" são obrigatoriamente integralizadas com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, conforme artigo 9º do Estatuto Social.

13.1 Ações Preferenciais classe "R" – negociação com a Eletrobrás

As ações preferenciais classe "R" seriam resgatáveis nas condições do Acordo de Acionistas de 1998 e seus respectivos aditivos, com início previsto para 30 de dezembro de 2003. A Administração da Companhia, nessa ocasião, iniciou processo de negociação com a Eletrobrás para estabelecer a melhor forma de resgate dessas ações.

O valor total integralizado dessas ações foi de R\$ 274.468, o qual inclui R\$ 12.468 que foram destinados à reserva de ágio na subscrição de ações.

Em 29 de dezembro de 2005, a Administração da Companhia concluiu o processo de negociação, cujo valor é de R\$ 1.067.259, mediante a formalização dos instrumentos de compra e venda de ações, entre a Eletrobrás e as empresas acionistas da Investco detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S.A., a EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado S.A. – CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S.A. ("Lajeados").

A negociação contempla os seguintes pontos básicos:

- a) reestruturação do investimento da Eletrobrás mediante migração de sua participação na Investco, para as empresas detentoras da concessão compartilhada ("Lajeados");
- b) aquisição pelas empresas detentoras da concessão compartilhada ("Lajeados") de 234.452 mil ações preferenciais classe "R", correspondente à totalidade de ações de emissão da Investco de titularidade da Eletrobrás, pelo valor de R\$ 1.067.259;
- c) manutenção integral do valor do negócio, conforme pactuado no Acordo de Acionistas e seus respectivos aditivos;
- d) pagamento das empresas detentoras da concessão compartilhada ("Lajeados") à Eletrobrás, da seguinte forma:
 - d.1 - R\$ 414.684 com novas ações subscritas pela Eletrobrás, correspondendo a 40,07% do seu capital social.
 - d.2 - R\$ 652.575 com títulos de partes beneficiárias, com rendimento igual a 10% do lucro antes das participações, com condição de conversibilidade em ações preferenciais ao final do período de concessão.

Em 15 de fevereiro de 2006 foi formalizado distrato que torna sem efeito o Acordo de Acionistas da Investco de 1998, e seus respectivos aditivos e cancela as garantias neles previstas.

13.2 Ações Preferenciais classe "C" – Debêntures conversíveis em ações

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de outubro de 2006, foi deliberada a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, em ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

Em decorrência da conversão acima mencionada, a Assembléia aprovou e homologou o aumento de capital social da sociedade, que passa de R\$ 756.206 para R\$ 876.458, sendo o aumento de R\$ 120.252, representado por 98.779.619 ações preferenciais classe "C" ora emitidas.

14. RESERVA DE CAPITAL - ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES

Refere-se basicamente à atualização monetária verificada entre o preço de subscrição da ação até a sua efetiva integralização - R\$ 14.473.

15. RESERVA DE LUCROS – RESERVA LEGAL

Em conformidade com o artigo 29º parágrafo A do Estatuto Social e artigo 193º da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu a reserva legal (5%) do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados.

16. RECURSOS DESTINADOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Refere-se a recursos aportados pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Investco, conforme estabelecido no instrumento particular de acordo de acionistas, assinado em 31 de julho de 1998. Em 2006 foi aportado o valor de R\$ 20.266. Os saldos de recursos destinados para aumento de capital em 31 de dezembro estão assim representados:

	2006	2005
Espécie/classe:		
Ordinárias (ON).....	368.983	368.983
Preferenciais:		
Classe "R" (PNR).....	234.452	234.452
Classe "A" (PNA).....	16.289	16.289
Classe "B" (PNB).....	5.156	5.156
Classe "C" (PNC).....	98.779	-
Total.....	723.659	624.880
Valor patrimonial por lote de mil ações – R\$.....	1.231,29	1.184,99

Acionistas	Em milhares de ações										
	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	Total
CEB Lajeado S.A.....	73.796	20,00	46.890	20,00	-	-	-	-	-	-	120.686
EDP Lajeado Energia S.A.....	102.029	27,65	64.830	27,65	-	-	-	-	-	-	166.859
Paulista Lajeado Energia S.A.....	25.829	7,00	16.412	7,00	-	-	-	-	-	-	42.241
Rede Lajeado Energia S.A.....	167.329	45,35	106.320	45,35	-	-	-	-	-	-	273.649
Fundos de Investimentos da Amazônia – FINAM.....	-	-	-	-	5.002	30,71	-	-	98.779	100,00	103.781
Companhia Paranaense de Energia – Copel.....	-	-	-	-	4.949	30,39	644	12,50	-	-	5.593
Bardella S.A. – Indústrias Mecânicas.....	-	-	-	-	1.046	6,42	644	12,50	-	-	1.690
CESP – Companhia Energética de São Paulo.....	-	-	-	-	3.043	18,68	644	12,50	-	-	3.687
Furnas Centrais Elétricas S.A.....	-	-	-	-	1.651	10,13	-	-	-	-	1.651
Outros.....	-	-	-	-	598	3,67	3.224	62,50	-	-	3.822
Total.....	368.983	100,00	234.452	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	98.779	100,00	723.659

	2006	2005
Acionistas:		
CEB Lajeado S.A. – CEBLajeado.....	8.603	4.550
EDP Lajeado Energia S.A.....	11.895	6.291
Paulista Lajeado Energia S.A.....	3.011	1.593
Rede Lajeado Energia S.A.....	19.508	10.317
Total.....	43.017	22.751

17. DIVIDENDOS PROPOSTOS

Nos termos do artigo 7º do Estatuto Social e da legislação vigente, a Administração está propondo à Assembléia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos a acionistas preferenciais classes "A", "B" e "C", como segue:

	R\$
Lucro líquido do exercício.....	32.407
Prejuízos acumulados.....	(30.202)
Lucro após a compensação.....	2.205
Reserva legal - 5%.....	(110)
Dividendos.....	2.095

Os dividendos propostos têm a seguinte composição:

	Lucro (R\$) por ação
Dividendos – 2005	
Preferenciais Classe "A".....	591
Preferenciais Classe "B".....	187
Total.....	778
Dividendos 2006 até setembro – proporcional	
Preferenciais Classe "A".....	444
Preferenciais Classe "B".....	140
Total.....	584
Dividendos 2006 - outubro a dezembro - proporcional	
Preferenciais Classe "A".....	99
Preferenciais Classe "B".....	32
Preferenciais Classe "C" (pró-rata).....	602
Total.....	733

O cálculo de dividendos de 2006 foi efetuado em duas etapas, sendo certo que para as ações preferenciais classe "C" originárias da conversão de debêntures em ações preferenciais foram efetuados cálculo pró-rata, a partir da data da efetiva emissão das ações.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

A Administração da Companhia estima que os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos valores de mercado.

O valor contábil dos instrumentos referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Risco de crédito

Como garantia do recebimento das parcelas registradas em rendas a receber - arrendamento, as arrendatárias concederam à Companhia os seguintes direitos em garantia do integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 5):

- a) Direitos emergentes da concessão.
- b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte de receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

19. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Risco:	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio
		R\$	R\$
Risco operacional – todos os riscos - cláusula IRB.....	01/01/08	255.500	2.275
Responsabilidade civil geral.....	30/09/07	20.000	26
Automóveis e RCF – veículos próprios	01/08/07	300	16
Vida em grupo – funcionários.....	31/12/06	1.666	-

20. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Conforme Ofício 116/2006-SCG da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos referente à competência

dezembro de 2005 a ser paga em fevereiro de 2006 pela UHE Luís Eduardo Magalhães, deverá ser calculada na mesma proporção das quotas de participação no Consórcio, cabendo a Companhia 1% do total a ser pago. Sendo a provisão de dezembro de 2005, revertida parcialmente em março de 2006, após conhecimento do referido Ofício.

21. CRÉDITOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía o montante de R\$ 20.301, relativo a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis no montante de R\$ 8.933. Não foi constituído imposto de renda diferido sobre esses valores.

22. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Está representada da seguinte forma:

	2006			2005		
	Provisão no exercício	Acumulado	Depósitos judiciais	Provisão no exercício	Acumulado	Depósitos judiciais
Indenizações (1).....	4.560	6.069	-	309	1.509	-
Desapropriações (1).....	748	1.576	8.613	430	5.365	4.076
Trabalhistas (2).....	(203)	790	168	1	1.069	92
Fiscal (3).....	258	258	-	-	-	-
Outras (1).....	113	240	-	17	127	-
Total.....	5.476	8.933	8.781	757	8.070	4.168
Ativo circulante.....	-	-	168	-	-	92
Ativo não circulante.....	-	-	8.613	-	-	4.076
Passivo circulante.....	-	8.933	-	-	8.070	-

Mutação das Provisões para Contingências

	Indenizações		Desapropriações		Trabalhistas		Fiscal		Outras		Total
	no exercício	no exercício	no exercício	no exercício	no exercício	no exercício	no exercício	no exercício	no exercício		
Saldo em 31/12/05.....	1.509	5.365	1.069	-	-	-	-	-	127	8.070	
Provisão (adição).....	4.560	748	-	258	113	-	-	-	-	5.679	
Provisão (reversão).....	-	-	(203)	-	-	-	-	-	-	(203)	
Baixas.....	-	(4.537)	(76)	-	-	-	-	-	-	(4.613)	
Saldo em 31/12/06.....	6.069	1.576	790	258	240	8.933	258	240	240	26.850	

1. As ações judiciais de natureza cível referem-se, de maneira geral, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina da Companhia ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, bem como ações de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado.

2. As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, em sua grande maioria, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

3. Em relação às questões tributárias, há provisão relativa a valor de auto de infração por falta de recolhimento do Imposto Territorial Rural – ITR incidente sobre determinadas propriedades adquiridas para formação do reservatório da usina da Companhia, contra o qual foi apresentada impugnação administrativa.

4. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis, trabalhistas e procedimentos de natureza tributária com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 2 a 3 anos, em média, o prazo para que referidas ações e procedimentos com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações e procedimentos.

5. A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento de referidos valores e, caso referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia.

Os depósitos judiciais efetuados para fins de emissão liminar de posse em ações de desapropriação de áreas, estão registrados no imobilizado em curso.

23. NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

O Ministério das Minas e Energia - MME apresentou no final de 2003 as bases para uma ampla reforma institucional no setor elétrico brasileiro. As principais alterações no ambiente institucional foram definidas por meio da edição das Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, as quais se revertiram nas Leis nº 10.847/04 e nº 10.848/04, sendo que a Lei nº 10.848/04 foi regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

O novo arranjo setorial tem como objetivo garantir a segurança no abastecimento de energia elétrica, promover a modernidade tarifária e acima de tudo criar um marco regulatório estável, com uma clara definição das funções e atribuições dos agentes institucionais.

Em resumo, as principais mudanças no âmbito institucional foram as seguintes:

- a) transferência do poder concedente e de diversas outras atribuições atualmente delegadas à ANEEL para o MME, onde fica claro o papel do MME, enquanto órgão mandatário da União;
- b) a criação de três novos organismos, que, em resumo, centralizarão nas mãos do Executivo Federal o planejamento e o monitoramento da expansão da geração e da transmissão, além da administração do mercado, quais sejam:
 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
 - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.
 - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- c) a definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destacamos:
 - a expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração, com a celebração de contratos bilaterais de venda de energia elétrica de longo prazo, onde a licença ambiental será dada previamente ao leilão do empreendimento, reduzindo substancialmente os riscos do investidor);
 - a coexistência de dois ambientes de contratação: Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica envolvendo as distribuidoras e o Ambiente de Contratação Livre - ACL, no qual as operações de compra e venda são livremente negociadas;
 -